



Anais da Assembléia

N.º 30

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 13 DE ABRIL DE 1981.

ANO VII

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 26.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 1981.

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados: Augusto Carneiro e Antônio Facci.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrin, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nachi, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Candido Fagundes dos Santos, popularmente conhecido como "Dinho", ocorrido dia 8 de abril do corrente ano.

Outrossim solicita seja dado ciência da decisão da Casa à família enlutada na pessoa da Srª Joanita Valentino dos Santos, residente no Distrito de Queimados, Município de Agudos do Sul.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1981.

a) Carlos Zanlorenzi.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ANTONIO

RIBASKI, ocorrido ntem, dia 12, à Rua Tenente Ferreira de Souza, n.º 2131, Vila Hauer.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1981.

a) Nestor Baptista.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. CÂNDIDO FAGUNDES DOS SANTOS, (Dinho), ocorrido em Agudos do Sul.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1981.

a) Nestor Baptista.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, e após ouvido o Plenário, REQUER a Vossa Excelência regime de urgência à tramitação do Projeto de Lei n.º 20/81, que trata da alteração da Lei Complementar n.º 2, de 18 de junho de 1975, (Lei Orgânica dos Municípios), de minha autoria.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1981.

a) Lineu Turra.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, suspensão das Sessões Plenárias nos dias 16 e 20 de abril, para que neste dias se realizem reuniões das Comissões.

O Plenário voltará a funcionar somente no dia 22 de abril do corrente ano.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1981.

aa) Erondy Silvério, Nelson Friedrich, Dácio Leonel e Adalberto Daros.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER, seja encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Desembargador Heliantho Guimarães Camargo, digníssimo Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná, apelo no sentido de ser estudada a possibilidade de elevar, por ocasião da próxima alteração na Lei de Organização e Divisão Judiciárias, o Município de Guaratuba a alta condição de Comarca, com sede na cidade do mesmo nome.

O presente apelo se faz tendo em vista a larga distância que separa a mencionada localidade da atual sede da Comarca de São José dos Pinhais, visto ser o Município mais distante da sede de sua Comarca, no Estado do Paraná e tendo em conta as dificuldades de acesso e os transtornos que a situação impõe aos usuários dos serviços da esfera judiciária, pois a estrada desta ligação atende tráfego interestadual, passando até pelo Estado de Santa Catarina. Lembrando que a Lei n.º 7.297, de 08 de janeiro de 1980, no parágrafo 1.º, do Art. 203, dispensa requisitos e exigências do mesmo Diploma, em casos com estas características.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1981.

a) Quielse Crisóstomo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER seja endereçado, ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado um apelo no sentido de determinar que a Secretaria dos Recursos Humanos estude a possibilidade de resolver as questões seguintes, relacionadas com funcionários da Coordenação da Receita do Estado.

1.º — incluir os ocupantes dos cargos AF-4 D, que concluíram o 1.º grau de escolaridade antes de 1.º de março de 1.980 como beneficiários do disposto no Art. 24, § 1.º, da Lei n.º 7424, de 23 de dezembro de 1.980;

2.º — estender os acima referidos benefícios, aos funcionários das Classes AF-4, AF-3 e AF-2, que concluíram a escolaridade de 2.º grau e superior, após o dia 1.º de março de 1.980,

3.º — o cumprimento do que determinam os artigos 59, 60, 62 e 63, da Lei n.º 7051, de 04 de dezembro de 1.978, que:

a) determina a promoção horizontal, independentemente de vaga;

b) a promoção seja efetuada de forma contínua,

c) proíbe mais de duas promoções horizontais no período de doze meses;

d) assegura vencimentos e vantagens da classe a que foi promovido o funcionário, a partir da data da promoção,

e) seja de dois anos de efetivo exercício na classe o interstício para a promoção vertical, reduzido a um ano se não houver funcionário com aquele requisito,

4.º — realizar as promoções previstas na Lei n.º 7051, de 04 de dezembro de 1.980, de seis em seis meses.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1.981

a) Gabriel Sampaio.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de congratulações ao Sr. JUCUNDINO FURTADO, presidente do conglomerado BANESTADO, pela instalação das Agências do recentemente criado BANCO DEL PARANÁ S/A.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1.981.

a) Tércio Albuquerque.

JUSTIFICATIVA:

A criação do Banco Del Paraná S/A, instituição financeira ligada ao conglomerado BANESTADO, dirigido por Jucundino Furtado, com o objetivo de operar exclusivamente na vizinha República do Paraguai é sem dúvida uma das maiores mostras da pujança e do caráter expansionista do Banco do Estado do Paraná e de suas demais conglomeradas.

A inauguração de duas agências do Banco Del Paraná S/A, uma em Porto Presidente Stroessner e outra em Ciudad del Guairá, são sem dúvida, motivo de congratulações pelo que representam ao mundo financeiro paranaense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e de conformidade com o Regimento Interno da Casa, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se oficie ao MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL, Chanceler SARAIVA GUERREIRO, sugerindo o rompimento das relações diplomáticas que o nosso País mantém com a República de EL SALVADOR, tal as atrocidades que o regime ali implantado vem cometendo contra o povo, igualando-se ao barbarismo dos facinorosos nazistas,

hoje respondendo, perante tribunais internacionais, pelos seus nefandos crimes. O Brasil não pode cruzar os braços ante as dramáticas ocorrências que se desenrolam naquela Nação, vitimando o valeroso povo salvadorenho, totalmente indefeso, ante a fúria avassaladora dos detentores do Poder.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1.981.

a) José Domingos Scarpelini.

JUSTIFICATIVA:

O noticiário internacional estampado nos jornais e amplamente divulgados pelas emissoras de rádio e de televisão do el barbarismo praticado pelos componentes da Junta de Governo de El Salvador, presidida por JOSÉ NAPOLEON DUARTE, vitimando homens, mulheres e crianças que são arrancadas de suas casas e fuzilados impiedosamente.

Outra ocorrência que estremeceu o Mundo inteiro e que foi denunciada pela Associação Latino Americana para os Direitos Humanos, com sede em Quito, no Equador, foi a da "CAVERNA LA PINTADA" — onde foram sepultados vivos cerca de mil e quinhentos refugiados que, segundo a denúncia, tratavam de se abrigar para escapar de um bombardeio aéreo, isto em 25 de março passado, e foram forçados por dois helicópteros a entrar na aludida Caverna — e após, sepultados vivos. Aí está bem patente uma reedição das atrocidades nazistas, cometidas pelos seguidores de Hitler e de seus algozes acompanhantes. Além do mais, o Coronel JOSÉ GUILLERMO GARCIA, Ministro de Defesa de EL SALVADOR acaba de anunciar, enfaticamente que as forças armadas daquele país liquidarão os que se opõem ao regime, assim como foi feito em 1.932 "na primeira revolta comunista da América Latina, quando mais de 30.000 camponeses foram mortos pelo Exército".

Não pode o Brasil permanecer insensível ao massacre da população civil de um país comandado por títeres, seguidores fiéis dos mais terríveis sanguinários da História da Humanidade — que através os tempos deixaram a marca patente de suas crueldades, desde Nero, no Império Romano até o famigerado ditador alemão Hitler, que pretendeu exterminar o povo judeu nos campos de concentração e nas câmaras de gás, sob a solerte justificativa de que só deveriam sobreviver os arianos, os da "raça pura". Naquela altura dos acontecimentos, o Brasil se opôs a tamanha crueldade e dispôs-se a lutar contra o nazismo — o facismo, marcando sua presença nos campos de batalha até a vitória final. Porque então permanecer agora indiferente — omissos e insensíveis, ante igual crueldade de homens impiedosos que tomaram conta do poder em EL SALVADOR e imitam grotescamente aqueles vultos do passado que já foram condenados perante a própria História?

É chegada a hora do rompimento total das relações do Brasil com a República de El Salvador — até que se estabeleça naquele país um regime amante da ordem e que propugna pelos Direitos Humanos restabelecendo a paz, a ordem e a desejada segurança ao heróico povo salvadorenho.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, envio de expediente ao Sr. Superintendente do Instituto da Previdência do Estado (IPE), solicitando informações a respeito do não funcionamento do Gabinete Oftalmológico daquele órgão, na cidade de Londrina.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1.981.

JUSTIFICATIVA:

Inúmeras são as reclamações que tenho recebido, de beneficiários do Instituto de Previdência do Estado, moradores da cidade de Londrina e de vários municípios próximos

daquela cidade, com relação ao não funcionamento do Gabinete Oftalmológico da Regional do IPE, sediada em Londrina.

A maioria dos beneficiários do Instituto em pauta, servidores de pequena renda mensal, sem direito aos benefícios do INANPS, não têm condições de pagarem consultas e outros exames a médicos e clínicas particulares.

O fechamento de tal Gabinete vem ocasionando problemas sérios na área de saúde para os beneficiários daquele Instituto. Mormente agora, que a própria Igreja lançou como Campanha da Fraternidade o lema "SAÚDE PARA TODOS", a falta de consultório tão importante contrasta com os próprios ideais cristãos.

O seu funcionamento se faz urgente, para todos quantos dependem daquele Gabinete de Saúde, afeto ao órgão máximo da Previdência dos servidores públicos estaduais.

Este é o meu apelo ao Sr. Superintendente do Instituto de Previdência do Estado, de quem desejo uma resposta satisfatória para a solução do funcionamento definitivo e diuturno do Gabinete Oftalmológico da regional do IPE, de Londrina.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita de Vossa Excelência, que após ouvido o Plenário, encaminhe expediente desta Casa ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Segurança do Estado do Paraná, no sentido de que seja construída uma Delegacia e Cadeia na sede do Município de Jesuítas.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1981.

(a) WERNER WANDERER.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição assenta em justa reivindicação da Comunidade de Jesuítas, baseada na necessidade de dar-se melhores condições de segurança, visto não existir naquela localidade, Delegacia e Cadeia Pública.

O Município de Jesuítas foi criado recentemente, tornando-se portanto, merecedor desta obra por parte do Governo Estadual.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente ao Comando da Polícia Militar do Estado do Paraná, solicitando a reimplantação do sistema de guardas de trânsito em frente às escolas da Capital.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1981.

(a) JOSÉ DOMINGOS.

JUSTIFICATIVA:

Cresce a cada dia o número de reclamações de pais e professores em relação ao problema de trânsito em frente às escolas de Curitiba, principalmente as que se localizam em áreas de grande movimento de veículos.

É uma situação que se agrava ainda mais em virtude da ocorrência de acidentes em frente a esses estabelecimentos de ensino, envolvendo, acima de tudo os estudantes.

O noticiário policial está farto de informações sobre tais ocorrências e este fato, por si só, seria uma justificativa por demais razoável para que o Comando da Polícia Militar do Estado do Paraná determinasse a reimplantação do esquema de guardas de trânsito em frente às escolas.

Esse sistema até o ano passado era amplo e atinjava um grande número de estabelecimentos de ensino e hoje.

Contudo, apenas uma ou outra escola tem um guarda de trânsito controlando o trânsito por ocasião da entrada e saída dos alunos.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública do Paraná, Haroldo Ferreira Dias, solicitando a implantação de uma Delegacia Distrital de Polícia no Jardim Paranaense.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1981.

(a) JOSÉ DOMINGOS.

JUSTIFICATIVA:

O Jardim paranaense é hoje uma das regiões mais densamente povoadas da Capital do Estado, mas não tem merecido a devida atenção no que diz respeito a problemas de segurança.

A Delegacia Distrital por nós reivindicada, atenderia a uma população estimada entre 50 a 60.000 habitantes.

A área em referência abriga vários conjuntos residenciais, entre os quais o Érico Veríssimo, Saturnino de Brito, Tiradentes, Eucaliptos, Euclides da Cunha, Amazonas, Jardim Paranaense 1 e 2, Cabo Nacar, Vale do Sul, Moradia dos Nobres.

Lá se situam as vilas Nossa Senhora do Pilar, Acácia, Rivadávia, Nossa Senhora do Carmo, Vila Nova, Castelo Branco, dos Eucaliptos e Santa Inês, todas elas localizadas após a Avenida Issac Ferreira da Cruz, mais precisamente entre esta avenida e a linha férrea, terminal de graneleiros.

O Distrito Policial também poderia atender as vilas localizadas no bairro do Xaxim Barretos, Duque de Caxias, Rosemeri, Atalaia, Márcia, Colorado, Carolina, Guaíra, Itamarati, Mariana, Demawe, São Francisco, Maria Luíza, Xaxim 1, 2 e 3, Nossa Senhora de Lourdes, São João e Conjunto da COHAPAR.

Toda essa região é hoje atendida pelo Décimo Distrito, localizado no Pinheirinho, distrito que, por sinal, já tem uma área muito grande sob sua jurisdição.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que a Mesa desta Assembléia encaminhe ao Secretário da Indústria e Comércio e ao Presidente do Banco de Desenvolvimento do Paraná - BADEP, que compareçam ao plenário desta Casa para prestar esclarecimentos sobre a anunciada compra de ações da empresa VOLVO DO BRASIL MOTORES E VEÍCULOS S/A pelo BADEP; para o que essa instituição financeira está buscando recursos externos.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1981.

(a) NELTON FRIEDRICH.

JUSTIFICATIVA:

O Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná está comprando vinte e cinco por cento das ações da Volvo.

O valor dessa transação é da ordem de cinco milhões de dólares que serão emprestados no exterior.

A justificativa é a mais duvidosa possível: o BADEP compra para socorrer acionistas neste período em que a empresa ainda não ofereceu lucros. Ou seja, é o socorro ao capital é a socialização dos elevados custos de altos investimentos, inclusive dos que ainda não ofereceram o retorno esperado.

E a que custo se faz isto, Srs. Deputados?

A um custo social muito alto. O BADEP faz empréstimo externo para comprar essas ações, ampliando a dívida com banqueiros estrangeiros, a juros altíssimos que evidentemente serão pagos por todos nós paranaenses indefesos diante da incúria e os desmandos oficiais.

A Volvo, uma empresa de capital monopolista estrangeiro, se instalou na Cidade Industrial de Curitiba com todas as facilidades do estilo imposto pelo regime entreguista.

Recebeu uma área, favorecimentos, tem isenção de impostos, financiamentos especiais. Tudo aquilo que o empresário nacional gostaria de ter para desenvolver seu empreendimento, face à situação difícil, na ante-sala das concordatas e falências. Em troca nada se oferece de benefício ao povo, a não ser ampliar sua miséria.

Não venham levantar aqui a tese de que as empresas multinacionais são atraídas para aumentar o número de empregos. A Cidade Industrial de Curitiba não gera empregos na proporção desejada e necessária. O desenvolvimento brasileiro dos últimos 12 anos privilegiou, segundo estudos recentes desenvolvidos pela Associação Comercial de São Paulo, exatamente os setores de capital intensivo, do que a Volvo é bom exemplo. Ou seja, concentrou recursos, infra-estrutura e mão-de-obra ali onde os custos são mais elevados, enquanto a capacidade de geração de emprego e de reação diante de uma crise é bem mais reduzida.

Srs. Deputados, o Governo mais uma vez sai em socorro do capital, em socorro da empresa multinacional, em socorro de acionistas que não podem perder. Diz o BADEP que ficará com essas ações por dois ou três anos, até que a empresa passe a dar lucros e as ações tenham algum valor. É o absurdo. No mesmo momento em que neste País temos 40 milhões de deserdados, de miseráveis, de mortos-vivos em busca de trabalho, de uma oportunidade de sobrevivência. No momento em que temos outros 40 milhões que jamais viram água encaçada, esgotos, escolas ou qualquer coisa parecida com civilização, um órgão financeiro oficial deste Estado, que deveria pautar por sua função social, vai buscar empréstimos externos para socorrer capitalistas que já possuem garantias do Estado nos riscos dos seus investimentos, mas não têm as mesmas preocupações com as situações sociais e suas prioridades. Os privilegiados deste regime de favorecimentos são empresários como estes, os trabalhadores são deserdados.

É preciso compreender, que este modelo econômico, que dizem ter produzido progresso, apenas acentuou a nossa dependência externa e produziu a miséria da maior parte de nossa população. Beneficiadas foram as empresas estrangeiras e empresários como estes. O regime privatiza em mãos estrangeiras o lucro e socializa entre os brasileiros os custos dos investimentos, a recuperação de financeiras falidas, os prejuízos, a miséria. O exemplo desta compra de ações da Volvo pelo BADEP apenas confirma o que estivemos dizendo nestes dias anteriores sobre este regime que alguns ainda insistem em defender.

Voltaremos ao assunto. Exigiremos providências. Este Poder não pode ser conivente com negociatas, com transações que atentam contra a consciência dos paranaenses e que tripudia e escarnece diante da miséria da maioria.

Ou o BADEP assume prioritariamente a sua função, como Banco social do Paraná, uma vez que surgiu como Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), depois como Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR) e hoje com a denominação vigente, ou é preferível que seja transformado numa mera instituição financeira privada, portanto por conta e risco do dinheiro particular e não com recursos coletivos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, com a máxima vênia, ouvido o Plenário sejam encaminhados ofícios às digníssimas autoridades Sr. Presidente da República, Excelentíssimo Ministro da Agricultura, Excelentíssimo Presidente do Banco Central e Excelentíssimo Presidente do Banco do Brasil S/A, no sentido de determinar imediata agilização no pagamento de PROAGRO AOS TRITICULTORES OESTE PARANAENSE.

ENSE.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1.981.

a) Fidelcino Tolentino.

JUSTIFICATIVA:

Os triticultores do Paraná, e de modo especial os do oeste do Paraná, que são responsáveis por quase 45 por cento da produção desse produto no Estado, estão desalentados com a situação a que ficaram reduzidos depois da safra de 1.979, e a partir da política do setor que o Governo Federal vem adotando.

Só a região abrangida pela COTRIGUAÇU, a cuja central estão filiadas sete (7) singulares cooperativas, em 1.978 a produção girou em torno de 540.860 ton. Em 1.979, o Paraná produziu 1.621 toneladas, o que corresponde a 59 por cento da produção nacional, em cultivo de 1.520 hectares, sendo o oeste responsável por mais de 40 por cento do resultado de colheita. Em 1.980, a produção foi de 1.350.000 ton., da qual o OESTE PARANAENSE foi participante do cultivo de 638.000 ha. e colhendo 523.000 ton.

O Governo convocou o agricultor para produzir mais a fim de diminuir as importações e alargar as tão propaladas exportações de cereais, visando obter o equilíbrio na balança comercial. E a resposta veio rápida e eficiente, apesar dos titubeios das autoridades norteadoras da política agrícola.

Quanto ao trigo, tornou-se cansativo o debate reiterado, os requerimentos, as posições, entrevistas e reivindicações da classe política, dos agricultores alinhados em Cooperativas, das organizações sindicais, das Associações classistas afetadas pelas distorções oficiais, e mais recentemente a Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, através do núcleo Regional de Cascavel, manifestações formais de que o Governo precisa rever com urgência a sua posição.

Mesmo que se abstraiam posições partidárias, o problema merece discussão com as bases, com os agricultores, com os engenheiros agrônomos e com as cooperativas. Aliás, se fala muito no preço inferior do produto importado, suas conveniências para o equilíbrio do mercado interno, etc.

Porém, é inaceitável que a pesquisa oficial recomende o plantio no oeste paranaense a partir de março até 10 de junho, e o Governo só DEFINIU A POLÍTICA DE PREÇOS E CRÉDITO EM ABRIL, na safra de 1.980.

Há que se considerar uma série de fatores pertinentes ao clima, épocas de chuvas, etc. para permitir que o agricultor possa se mobilizar.

O aspecto mais negativo daquela safra, foi provocado pelas autoridades, pois que, tendo tomado posições tardiamente, de imediato o agricultor encaminhou o seu pedido de financiamento, mas a burocracia oficial provocou grande acúmulo de processos retardando as assinaturas de CÉDULAS.

Mas o plantio não poderia fugir às épocas recomendadas pelas pesquisas oficiais, e o agricultor, mais uma vez acreditou na palavra do Governo, e deitou semente no solo mesmo sem ter recebido as Cédulas para apor sua assinatura. Mas foi cauteloso e previdente, plantou na época certa e recomendada, diligenciou para encaminhar tempestivamente o seu financiamento.

Ocorre que a grande maioria está recebendo o indeferimento dos respectivos pedidos de indenização pelo PROAGRO, e sob a inaceitável alegação de que o plantio deveria ter aguardado assinatura da Cédula de financiamento. E essa assinatura só não foi dada por culpa exclusiva dos órgãos governamentais, que impediu ser ela firmada no momento de pedir o financiamento. E esse poder de arbítrio e condicionamentos está agora penalizando o agricultor, especialmente o plantador de trigo.

O agricultor está sendo lesado, pois o seu planejamento, a sua determinação, depende da orientação oficial, embora

tenha se orientado por ela, vê-se agora colhido de surpresa.

É bom salientar que, enquanto os papéis tramitavam nas repartições burocráticas do Governo, ocorreu o fenômeno da geada, e ao regressarem para assinatura das cédulas, muitas delas já era objeto de ressarcimento pelo sinistro.

Todavia, com a recusa do PROAGRO, é lícito supor que haja má-fé. Não é demais debitar ao Governo essa manobra contra o agricultor, e muito provavelmente tendo em vista o interesse oficial em diminuir a produção interna do trigo.

Se o nordeste é contemplado com anistia das dívidas mesmo em circunstâncias diferentes, por que o agricultor do sul, o triticultor do Paraná, que sofreu os efeitos da geada não merece do Governo a atenção justa e legítima de ressarcimento?

E no caso do triticultor, a situação é muito outra, pois esse foi cuidadoso e fez o SEGURO que o Governo recomendou. Além do que, é norma do sistema geral de seguros que, uma vez feita a proposta, o objeto já fica automaticamente segurado.

Por essa razão, é legítimo o raciocínio de que o PROAGRO teria sido criado para resguardar os BANCOS de eventuais prejuízos, tanto mais se o Governo não adotar uma posição firme e justa com os triticultores paranaenses.

No ano passado, as instruções sobre o cultivo do trigo só foram divulgadas no mês de abril, apesar do plantio ter começado em primeiro de março, de acordo com o calendário oficial. E como era de se prever, a maioria dos financiamentos seriam contratados no final do período recomendado pelos órgãos governamentais, tendo casos que ultrapassaram o referido período que é 10 de junho.

Veio então a frustração, causada pelas geadas, e o triticultor ficou à espreita das promessas governamentais, no sentido de se ressarcir parcialmente dos prejuízos, através do PROAGRO. Imaginar que o agricultor não terá o cumprimento da palavra do Governo, é supor falta de seriedade na divulgação das prioridades.

Por tais razões, o Paraná espera das autoridades a revisão dos indeferimentos, concedendo a cobertura dos prejuízos da safra de trigo de 1980.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está finda a leitura do expediente.

A Mesa registra, com satisfação, a presença no plenário, do Deputado Nivaldo Soares, Presidente da CCJ da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado José Domingos.

Estando ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado David Cheriegate.

Ausente, concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Nestor Baptista.

Ausente, concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Lineu Turra.

Ausente, concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando a bancada do PMDB, representada pelo ilustre Sr. Deputado Deni Schwartz, pedia aqui que o Governador do Estado assumia realmente o Governo, ele o fazia com a maioria das seriedades e, ao mesmo tempo em que nós já podemos sentir algumas melhoras sensíveis por parte do Governo do Estado, quando assumiu, de fato, através da Secretaria da Agricultura, através de seu órgão, o ITC, uma tomada de posição diante da situação gravíssima em que se encontram os agricultores de Itaipu.

No entanto, nos resta solicitar agora, ou pelo menos esperar que, uma vez assumido, tendo tomado uma posição que enseja o Paraná, também respeitado como tal — porque quer me parecer que o Paraná não está sendo respeitado em suas legítimas reivindicações quando vem de encontro aos agricultores expropriados de Itaipu — por parte de ilustres figuras nacionais, como é o caso do Deputado do PDS do Maranhão, Edilson Lobão, que vem prestar sua palavra, empregar à tribuna do Congresso Nacional para confirmar as meias verdades, as inverdades que Itaipu lança, não só em cima dos agricultores mas também contra o Estado do Paraná.

Se digo contra o Estado do Paraná, é porque acaba o ITC, num trabalho sério, num levantamento objetivo, de confirmar o que já suspeitávamos de que os preços de Itaipu eram injustos, porque o ITC concluiu o seu trabalho, alcançando Cr\$ 491,00 a terra nua, sem benfeitorias, como sendo o preço de mercado.

O que, para nós e para os agricultores, não é ainda o preço justo, e para o Governo do Estado, ainda não significa ser este o preço justo.

O ITC apenas concluiu o preço de mercado. Ora, o preço de mercado que o ITC concluiu, não atingiu, ficou muito acima do preço justo, propalado pela Itaipu Binacional.

Por outro lado, devemos exigir respeito ao Estado do Paraná, respeito aos homens do Paraná, aos órgãos públicos do Paraná, por parte de Paulo Yokota, Presidente do INCRA, de que as ocupações de terras no Paraná já estariam concluídas, de que o Paraná não tem mais terra, contrariando órgãos sérios como a FETAEP que encontrou 3,5 milhões de hectares ainda não utilizados na agricultura.

Devemos exigir respeito às conclusões de homens do Paraná, por parte de representantes do Governo Federal e de órgãos federais.

Devemos exigir respeito também ao Paraná, por parte de um Coronel que está sentado em cima de uma área dentro do Estado do Paraná, em Arapoti, e para não perder o cabide de emprego que ali ocupa, nega o trabalho do ITC, que foi um trabalho sério, um trabalho de cartografia já feito.

Devemos exigir respeito ao Paraná, para que realmente os seus órgãos, quando fazem um trabalho sério, sejam respeitados por aqueles que têm provado a esta Nação, serem incompetentes, incompetentes como o são Costa Cavalcanti, quando se nega a conversar com simples agricultores, incompetentes como o é Yokota, que demonstra a falta de conhecimento sobre a realidade do Paraná, incompetente ou talvez interesseiro como é o coronel que ocupa a área de Arapoti.

Devemos exigir respeito ao povo, à gente, aos agricultores, que foram desrespeitados, que foram agredidos quando se resolveu construir uma obra, que diz Yokota, ser do interesse de 120 milhões de brasileiros.

Meia verdade esta, que podemos contradizer, afirmando que não é interesse de 120 milhões de brasileiros, mas interesse de meia dúzia de multinacionais que, inclusive, se dão ao luxo de oferecer 140 milhões de gorjetas para poderem ter parte na verba que ali está sendo derramada.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa lembra ao nobre orador que falta um minuto para o término de sua oração.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Concluo, Sr. Presidente, dizendo ainda que o assunto é dos mais sérios. Se em relação aos agricultores, dada a insistência da Oposição, o Governo assumiu e tomou posse, há necessidade agora que o Governo faça se respeitar diante das autoridades nacionais e incompetentes, e que só nos têm castigado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador) :

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Em denúncia pública, a Associação Profissional de Assistentes Sociais de Londrina, historia a criação da décima primeira Região do Conselho Regional de Assistentes Sociais - CRAS, no Paraná, e a sua participação no processo de indicação de nomes para fazer o registro da chapa junto ao Conselho Federal de Assistentes Sociais.

Diz a APAS de Londrina, que lhe foi exigida documentação constante de uma declaração autorizando a inscrição do candidato, uma ficha individual e uma ficha complementar.

A ficha complementar, foi apensada, em papel sulfite comum. E pede os seguintes dados: nome, filiação, data e local de nascimento, POSIÇÃO IDEOLÓGICA, ATITUDE COM RELAÇÃO À REVOLUÇÃO DE 31 DE MARÇO DE 1964, probidade administrativa, eficiência profissional ou funcional, conduta civil, local e data e assinatura do chefe imediato.

E diz ainda a carta-renúncia:

“... A APAS de Londrina posicionou-se contra o referido documento, enviando a documentação necessária, com exceção da ficha complementar e justificando este posicionamento à colega candidata à presidência da chapa. Posteriormente, esta comunicou-nos que, em contato telefônico mantido com o Presidente do Conselho Federal, foi informada que tais inscrições não seriam aceitas, pois a ficha complementar era exigência do Ministério do Trabalho”.

Esta é uma das seqüelas do que foi introduzido no País ao longo desses dezessete anos de regime ditatorial. Durante dezessete anos, fez-se um grande esforço para que o povo brasileiro desaperdesse a pensar sozinho. A triagem ideológica é o principal suporte das ditaduras.

Em outros tempos, muitas outras entidades foram obrigadas a preencher fichas complementares dos indivíduos. Cada um era estimulado a fazer a ficha ideológica de seu colega; cada chefe de seu subordinado; cada repartição maior, tinha algumas salas para as quais eram indicados beaguins aposentados ou qualquer escória social que merecesse fé ideológica. Os sindicatos conheceram as tais fichas, os estudantes também; os funcionários públicos foram submetidos ao duplo processo de pressão e corrupção.

Graças à triagem ideológica, acumularam-se as nulidades, as incompetências; os grupos e famílias na direção de entidades, pela escada de incêndio da informação e corrupção.

Hoje, temos a Nação dividida: de um lado, o cidadão comum, competente ou menos competente; honesto ou menos honesto, mas sujeito à convivência em sociedade com as regras estabelecidas pela sociedade. De outro, os corruptos, e os de fé ideológica, os “nossos” — como dizem algumas personalidades da República.

Porém, hoje, o Ministro do Trabalho não se atreveria a mandar este papelucho para a OAB, o CREA, ao Conselho de Medicina, de Odontologia, mas o hábito ficou e mandaram para as moças do Conselho de Assistentes Sociais, apequenando a capacidade de raciocínio e ação desta categoria profissional.

Ante as comemorações que se procederam a 31 de março, em verdadeiro acinte ao sofrimento do povo brasileiro, a comunidade ideológico-corrupta continua festivamente mandando e desmandando.

O Estado, que como princípio, foi feito pelo homem para servi-lo, aqui nos últimos dezessete anos, houve a mais absurda inversão, e os brasileiros passaram a servir o Estado, que passou a exercer o maior controle ideológico que se tem conhecimento na história de países do Terceiro Mundo.

E o povo brasileiro, de todas as religiões, de todas as ideologias, de todas as raças e posições políticas, continua seu esforço para praticar a convivência e tolerância na construção de sua auto-determinação, na forma política da democracia”.

É inadmissível a triagem ideológica, a mando do Ministério do Trabalho, através do Conselho Federal de Assistentes

Sociais, cujos documentos temos em mãos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao orador inscrito, nobre Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Governador Ney Braga através de seus Secretários de Estado, sempre esteve e está interessado em reduzir, em minorar o problema de desemprego na cidade de Paranaguá.

Tanto isto é verdade, que pelas considerações que irei tecer em seguida, os Srs. Deputados irão atestar a veracidade do que acabei de anunciar. (Lê):

“Segundo informações que estamos recebendo da Secretaria da Indústria e Comércio, através de seu titular, Dr. Fernando Fontana, dentro dos próximos meses ou mais tardar até o início de 1982, deverão ser concluídas as obras de construção de um estaleiro e diques para reparos navais em Paranaguá.

A referida obra, que estará a cargo do Grupo SONAVE-ENAVI — Reparos Navais, deverá ser construída numa área de trinta mil metros quadrados, aproximadamente, localizada entre o Porto de Paranaguá e a Ilha da Cotinha, e deverão ser investidos na mesma recursos na ordem de 20 milhões de dólares.

Trata-se de um empreendimento que está sendo conduzido pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, com apoio da Secretaria dos Transportes e agora também com a Secretaria da Indústria e Comércio.

A capacidade de atendimento do estaleiro é de seis navios simultaneamente, e contará com dois diques, sendo que para um deles o BRDE ofereceu contrato de fiança no valor de 4 milhões de dólares. Esse dique flutuante, com comprimento de 240 metros, tem capacidade de elevação de 20 mil toneladas e poderá mover navios com até 70 mil toneladas de peso morto.

As vantagens que tal empreendimento representa, particularmente para Paranaguá, são inúmeras, destacando-se a geração imediata de cerca de 800 empregos diretos, além de derivar a instalação de atividades satélites, principalmente na indústria de peças e componentes, além de oferecer maiores facilidades ao comércio e principalmente à navegação, já que atualmente os grandes navios que aportam em Paranaguá, quando necessitam de reparos, são obrigados a recorrer aos estaleiros da Europa, por falta de instalações adequadas no Brasil.

Como se observa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, com essa implantação, uma grande atividade econômica se descortina, e as perspectivas são das mais otimistas, pois trata-se de uma obra vultosa e de transcendental importância não só para Paranaguá, como também para o Estado do Paraná, e que, em última análise, vem demonstrar claramente o empenho e o interesse do Governo do Estado em dar ao Porto de Paranaguá cada vez melhores condições, tornando-o conseqüentemente um dos mais importantes escoadouros da fabulosa produção agrícola do Paraná”.

É um atestado insofismável do interesse do Sr. Governador Ney Braga, em dar a Paranaguá melhores condições de trabalho para os portuários, que há muito carecem de implantação de uma indústria de porte, como esta que instalará até o final do ano, gerando, como disse e repito, oitocentos empregos diretos.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Seguindo a velha filosofia, de dar a César o que é de César,

hoje queremos agradecer ao combativo Deputado da Oposição, Gernote Kirinus, que em confissão pública disse uma grande verdade: que o órgão paranaense, liderado pelo grande Governador Ney Braga, está lutando por sua terra e por sua gente.

Para nós é um momento de euforia, quando vemos um Deputado da Oposição, que quer também, como nós, ver acertadas as conseqüências e as celeumas paranaenses. Quando eles vêm de público, dizer que o ITC está acertando, quando vêm de público à imprensa do Paraná dizer a verdade, sob a orientação do Governador Ney Braga, quando ele vem de público, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dizer que o ITC está acertando e que conseqüentemente o Governador Ney Braga e a nossa bancada também estão ao lado dos colonos de Itaipu, também luta pelo povo, só que com uma diferença: sem demagogia. Luta para dar a definição concreta e palpável.

E é por isso que, como humilde Deputado do Norte Pioneiro, venho agradecer ao ilustre homem de Oposição, que é o Deputado Gernote Kirinus, que fez uma confissão que o nosso povo do PDS também sabe o que quer. Uma confissão de público, onde dizia que o ITC do PDS, instalado nos colonos; onde confessava de público para a imprensa que diga para o Paraná, que diga para esses homens que têm ouvidos moucos, que também estamos ao lado dos colonos, que Ney Braga é o homem que luta pelo bem-estar de sua terra e de sua gente, que diga de público o que disse desta tribuna.

Onde disse que o ITC julgou com justiça, porque não pedimos favores; só queremos justiça, e que a Oposição hoje reconhece, sem o falso messianismo, sem a falsa demagogia, que Ney Braga é o timoneiro desta nau que se chama Paraná. Que Ney Braga, inopinadamente, hoje foi elogiado pelo homem da Oposição; foi elogiado pelo ilustre Deputado Gernote Kirinus.

Muito obrigado, Deputado, por reconhecer que nós também estamos ao lado dos colonos de Itaipu.

Obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

Os triticultores do Paraná e de modo especial, os triticultores do Oeste do Paraná, que são responsáveis em algumas safras, por 45 por cento do produto, colhido no Estado do Paraná, estão desalentados com a situação que ficaram reduzidos, desde a safra de 1979, e a partir da política do setor, que o Governo Federal vem adotando ultimamente.

Só a região abrangida pela COTRIGUAÇU, a cuja Central estão filiadas sete cooperativas singulares, em 78 a produção do trigo gerou em torno de 540.860 toneladas. Já em 79, a produção alcançou 1.621 toneladas. E o correspondente a 59 por cento da produção nacional; em cultivo, 1.250.000 hectares, sendo que o Oeste representou 40 por cento do resultado desta colheita.

E em 1980, a produção oficialmente divulgada foi de 1.350 toneladas da qual o Oeste do Paraná participou com 6.380 hectares, produzindo 523.000 toneladas de trigo.

E o Governo, Sr. Presidente, convocou o agricultor para produzir mais, a fim de diminuir a importação e de melhorar, de alargar as tão propaladas necessidades exportadoras de cereais, visando obter o equilíbrio da balança comercial. E a resposta veio rápida e eficiente, apesar dos titubeios das autoridades norteadoras da política agrícola.

Quanto ao trigo, especialmente, tornou-se cansativo o debate reiterado, os requerimentos, as posições, as entrevistas e as reivindicações da classe política, dos agricultores alinhados

em cooperativas, das organizações sindicais, das associações classistas afetadas pelas distorções oficiais e, mais recentemente, a posição firme da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, através do seu núcleo de Cascavel, manifestações estas formalizadas de que o Governo precisa rever, com urgência, a política agrícola do setor.

Mesmo que se abstraíam posições partidárias, o problema merece discussão com as bases, com os agricultores, com os engenheiros agrônomos e com as cooperativas.

Aliás, se fala muito no preço inferior ao produto importado, suas conveniências para o equilíbrio do mercado interno e outras alegações oficiais.

Entretanto, Sr. Presidente, é inaceitável que a pesquisa oficial recomende no Oeste do Paraná, o plantio a partir do mês de março até o dia 10 de junho de cada ano, e o Governo só define a política de preços e créditos em abril, como ocorreu na safra de 1980.

Há que se considerar uma série de fatores pertinentes ao clima, época de chuvas, para permitir que o agricultor possa se mobilizar e adequar seu trabalho às necessidades do seu plantio e também às necessidades e às exigências do Governo, para que não perca, não só a colheita, mas também que não prejudique a própria produtividade.

O aspecto mais negativo daquela safra de 1980, foi provocado pelas próprias autoridades, eis que, tendo tomado posições tardiamente, imediatamente o agricultor encaminhou o seu pedido de financiamento, mas os burocratas oficiais provocam grande acúmulo de processos, retardando as assinaturas das cédulas relativas ao seguro do PROAGRO.

Mas, o plantio não poderia fugir às épocas recomendadas pelas autoridades, relativamente às pesquisas oficiais promovidas e o agricultor, mais uma vez, acreditou na palavra do Governo e deitou semente no solo, mesmo sem ter recebido as cédulas para apor sua assinatura. Mas, foi cauteloso e previdente, plantou na época certa e recomendada, diligenciou para encaminhar tempestivamente o seu financiamento.

Acontece que a grande maioria está recebendo indeferimento dos pedidos de indenizações pelo PROAGRO, sob a inaceitável alegação de que o plantio deveria ter aguardado a assinatura da cédula de financiamento. E essa assinatura só não foi dada por culpa exclusiva dos órgãos governamentais que impediu ser ela firmada no momento de se fazer o financiamento.

E esse poder de arbítrio e condicionamento, então, até agora, penalizando o agricultor de uma forma específica, o plantador de trigo.

Como se sabe, Sr. Presidente, a maior produção de trigo de todo o Brasil, em termos regionais, está cravada no Oeste do Paraná. E esse agricultor está sendo lesado, pois o seu planejamento, a sua determinação, depende de orientação oficial. E, embora tenha se orientado por ela, vê-se agora colhido da mais injusta surpresa no indeferimento do pedido de ressarcimento dos danos causados pelas geadas correspondentes ao ano de 1980.

Todavia, com a recusa do pagamento do PROAGRO, é lícito supor que haja má-fé. Não é demais debitar ao Governo essa manobra contra o agricultor, plantador de trigo; muito provavelmente, tendo em vista o interesse oficial em diminuir a produção interna deste produto para facilitar as negociações do mercado internacional.

Por esta razão, legitima-se a postulação, os requerimentos e as reiterações feitas pelos agricultores, de que o Governo precisa, urgentemente, definir-se de uma vez por todas e assegurar a tranquilidade da lavoura tritícola, porque, do contrário, Sr. Presidente, seria legítimo raciocinar que o PROAGRO teria sido criado para resguardar os interesses exclusivamente dos banqueiros que repassam os valores recebidos para financiamentos. E para se resguardar dos danos, das intempéries e dos

problemas climáticos, através desse seguro, os bancos estariam protegidos desses prejuízos. E na situação em que se encontram os triticultores, Sr. Presidente, temos que forçar o raciocínio de que o Governo só está a procurar a proteção dos grandes banqueiros, do País e do próprio Banco do Brasil, que, nos últimos três meses, superou a cifra de 3 bilhões e 700 milhões de cruzeiros de lucro.

Sr. Presidente, no ano passado, as instruções sobre o cultivo do trigo só foram divulgadas a partir do mês de abril.

Acontece que a recomendação oficial e técnica para o plantio desse produto, para o efeito de evitar-se os problemas de natureza climática, estabelece período ideal entre primeiro de março e dia 10 de junho.

Acontece que no ano passado, o próprio responsável pelo setor, Alécio Vaz Primo, em memorável encontro com os agricultores no Norte do Paraná, teria dito que o Governo não estava assustado pela retração do plantio, como represália política contra as medidas adotadas pelo Governo.

Então, naquela reunião, teria dito o Sr. Alécio Vaz Primo que o Governo sabia que o agricultor não honraria a palavra de retrainr o plantio do produto, e que a queda na plantação do trigo não seria superior a 30 por cento, e em razão disso, o Governo estaria retardando a tomada de posição, a tomada de planejamento e a divulgação das instruções, exatamente para forçar o agricultor a plantar com recursos próprios.

Sr. Presidente, se assiste razão ao Sr. Alécio Vaz Primo, provavelmente o Governo teria agido de má-fé e por isso somos forçados a acreditar, muito a contragosto, nessa versão, mas os fatos estão aí.

Veja-se que mais de 80 por cento dos pedidos de cobertura, na região Oeste do Paraná, estão sendo indeferidos por falta de assinaturas tempestivas nas cédulas, ou seja, durante a época do sinistro. E como todos temos boa memória, as geadas do ano passado vieram antecipadamente e colheram o triticultor, em plena época de nascimento do produto, quando ainda não suportava as fortes geadas. A essa altura, já tinham pedido o financiamento com cobertura do PROAGRO, só que o trânsito desses papéis faz o mesmo passeio do trigo, as famosas viagens de ida e volta que estão prejudicando sensivelmente o agricultor do oeste paranaense.

Por esta razão, estamos aqui hoje, nesta tribuna, a fazer um apelo às autoridades do Banco Central e do Banco do Brasil e do Ministério da Agricultura, para que, através dos homens que lá se encontram, examinem e reexaminem a situação do triticultor paranaense, especialmente do triticultor do Oeste do Paraná, porque 80 por cento das lavouras financiadas estão sendo marginalizadas, baseadas no instituto discutível que é a intempestividade da assinatura do acordo, da cédula do PROAGRO.

Sr. Presidente, se o retardamento nas formalidades foi causado por organismos oficiais, se o agricultor foi acolhido de surpresa por uma geada e recorre agora ao Governo, visando obter a proteção apregoada pela política adotada pelo Setor e não recebe dele o respaldo do deferimento desses pedidos, o que podemos pensar desse Governo, Sr. Presidente?

Concedo o aparte ao Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel — Estou vendo Vossa Excelência defender o Paraná, e quero me congratular, porque Vossa Excelência dirige a reivindicação ao Governo Central e com muita razão e é por isso que eu queria fazer um apelo, para que se tenha um homem no Senado Federal, como Ney Braga, no futuro, para que ele possa escutar os reclamos das classes paranaenses, porque isto concerne ao Governo Federal e não temos na esfera federal um Senador da República, que olhe para o Paraná e por sua gente.

Embora tenhamos uma Bancada, como Vossa Excelência também tem, mas os Senadores da República fazem ouvidos de

mercadores. Então, é por isso que solicitaria a Vossa Excelência, que adote também como nós e como o povo do Paraná, a candidatura de Ney Braga para o Senado Federal, para que possamos ter uma voz paranista e paranaense ao lado do Paraná e de sua gente.

Muito obrigado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Deputado Gabriel Manoel, agradeço o aparte de Vossa Excelência, porque realmente faz com que a engrenagem da razão, da lógica e do bom senso restaurem a nossa memória, que muitas vezes fica obscurecida pelos problemas do cotidiano.

Não faz muito, o Governador do Estado foi Ministro da Agricultura, e o Paraná, foi um dos Estados mais sacrificados desta União, e não posso concordar com Vossa Excelência, quando recentemente o Governo Federal, através da política do Instituto Brasileiro do Café, numa política entreguista, fez negócios de exportação em que o Brasil sofreu prejuízos segundo a imprensa, na ordem de 500 milhões de dólares, e mais recentemente temos o caso da soja.

A soja, caro Deputado, que no mês de novembro poderíamos ter exportado dois milhões de tolenadas que tínhamos disponível em estoque suficiente para fazê-lo, o preço do mercado internacional girava em torno de 380 dólares a tonelada. O Governo impediu a exportação mesmo sabendo da grande safra que estávamos esperando produzir, e que de fato hoje estamos colhendo a maior de todos os tempos do País. O Governo impediu a exportação, e o que ocorreu, Deputado?

O Governo Federal agiu como quis e o Governo do Paraná ficou de mãos cruzadas no Palácio, tratando de fazer o seu PDS, tratando de fazer a sua Secretaria dos Municípios, e não voltou as suas vistas e os seus cuidados para o produto nobre de exportação que é a soja, simplesmente omitiu-se.

Nobre Deputado, com isso, a imprensa noticiou recentemente que o prejuízo girou em torno de 650 milhões de dólares, somente porque o Governo Federal não recebeu do Governo do Paraná um apoio adequado para o agricultor paranaense, uma posição firme, corajosa e independente.

Não é esta uma política séria e certa. Por esta razão, o triticultor está nas mesmas condições do achatamento sofrido com o preço da soja, e o que fez o Governo que foi Ministro da Agricultura, que foi Ministro da Educação e que foi Senador da República, que foi Governador do Estado e hoje, outra vez, é Governador biônico do Estado?

Nobre Deputado, o que venho fazer nesta tribuna não é falar de Ney Braga. Venho falar do Estado do Paraná, venho falar de divisas, do problema do triticultor, do Governo que não está agindo seriamente na indenização dos prejuízos do triticultor. Pouco importa que o Sr. Ney Braga seja ou não, Deputado, Vereador, Governador ou Presidente da República. Interessa que faz parte de um sistema que posterga as prioridades que o próprio Governo reclama.

Esta é a verdadeira situação. Somos um Estado agrícola, produzimos divisas líquidas com exportação dos nossos produtos e o Governo Federal, o que faz pelo Paraná? Subtrai a maior parte das terras férteis construindo usinas e não atende às necessidades da agricultura. E o que venho fazer, Deputado, é pedir a solidariedade de todos os componentes deste Poder, para reivindicarmos uma posição imediata, justa, sem titubeios, sem procrastinações do Governo, do Banco Central e do Banco do Brasil.

Concedo o aparte ao Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência está com a razão. O que não podemos concordar, é que Vossa Excelência diga que Ney Braga não está lutando pelos paranaenses. O problema da suinocultura.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agora, por exemplo, está

lutando com os japoneses.

O Sr. Gabriel Manoel — Me dá o aparte e eu complemento; se não me dá eu me calo.

Vossa Excelência observe, Ney Braga era Ministro da Agricultura e nunca houve uma voz da Oposição que viesse contrariá-lo. Ney Braga era Ministro da Educação e carregou benefícios da educação para o Paraná.

Agora, o que não podemos, é postergar o direito dos paranaenses. Vossa Excelência também tem uma bancada lá na Câmara Alta e uma Câmara Baixa majoritária no Paraná, que são os Senadores da Câmara Alta. E até agora não se levantou uma voz do Sr. Leite Chaves, do homem que ia salvar o Paraná. Onde estão os paranaenses que estão postergados?

E o Senador Richa, que quer ser Governador do Paraná, não levanta uma voz.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Vossa Excelência concluiu?

O Sr. Gabriel Manoel — Onde estão as vozes paranaenses?

Onde está este homem, o Senador que não quero atacar? Estão defendendo os interesses dos paranaenses ou os interesses de seus bolsos?

Muito obrigado, Deputado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço a Vossa Excelência, e só lamento que não tenha tempo de ler o posicionamento do Senador José Richa em todos os momentos...

O Sr. Gabriel Manoel — Não tenho tempo de ler romance...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Vossa Excelência me concede, Sr. Presidente, o uso da palavra?

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está com a palavra o nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Quero falar mais.

Quando houve o problema do trigo no ano passado, o Senador José Richa foi um dos que primeiro se posicionou. Quando houve o problema do café, são vários os discursos e posições tomadas pelo Senador José Richa que, aliás, muito honra o Paraná. Um homem que, diga-se de passagem, serviu nas mesmas fileiras do Sr. Ney Braga de outrora, que foi eleito na ocasião, pelo povo, realmente atendeu as necessidades daquela época.

Não queremos falar de Ney Braga. Queremos falar do Paraná, do trigo, dos problemas atinentes à nossa economia.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência me concede um aparte? — (Assentimento).

Estou acompanhando com interesse e atenção o discurso de Vossa Excelência, e noto realmente a sua preocupação em ver estes problemas, que já são crônicos, resolvidos de uma forma satisfatória. Pelo menos no meu ver, esta é a tônica do pronunciamento de Vossa Excelência.

Respeito profundamente, principalmente a Oposição que unida, tem realmente lutado em favor da suinocultura, da triticultura, enfim, dos problemas básicos da pecuária e da agricultura paranaenses.

Agora, queria apenas que Vossa Excelência não cometesse injustiça numa colocação que fez: que neste instante o Governador Ney Braga está tratando dos interesses dos japoneses. Não é verdade. Como Chefe de Estado, aquiesceu a um convite que recebeu de uma Nação amiga, irmã a quem tanto o Paraná deve. Foi uma visita de cortesia, até de retribuição, pelo esforço que esta gente tem dado em favor do Paraná. No seu lugar, ficou um paranaense digno, que tem recebido inclusive partidários de Vossa Excelência, em Palácio, com os braços abertos.

O Vice-Governador Hosken de Novaes, está realmente desempenhando a sua missão com dignidade. Vossa Excelência, por favor, não faça uma colocação que é injusta. O Governador Ney Braga tem realmente tratado dos supremos interesses da terra paranaense. Não de forma emotiva. É evidente que um Governo pode ir à imprensa, não tem tribuna como Vossa Excelência, para chegar aqui e protestar, alto e bom som, contra um Governo Federal.

Ele, como Governador, tem uma postura a observar. Tem uma responsabilidade; luta pelos interesses do Paraná, pelas reivindicações do povo paranaense mas não num clima emocional como Vossa Excelência e companheiros de Vossa Excelência o fazem e até com certa razão.

Agradeço a Vossa Excelência.

Apenas queria que Vossa Excelência, por favor, não cometesse injustiça com relação à visita que o Governador Ney Braga faz a uma nação amiga.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Nobre Líder, o problema não se vincula à visita ou à retribuição da visita, do Governo.

Estamos mais preocupados, particularmente na gestão do negócios do interesse do Estado...

O Sr. Erondy Silvério — Exato.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — ... que são comuns ao interesse nacional. Agora nem de longe falaríamos do Governador, se não fôssemos movidos a isso. Entretanto, parece que, com a última colocação feita por Vossa Excelência, de que estamos falando sob a égide de uma emoção, isso vem desfigurar o próprio objetivo da minha vinda a essa tribuna. Gostaria que Vossa Excelência fizesse justiça.

O Sr. Erondy Silvério — Eu peço escusas a Vossa Excelência, se não me fiz entender.

Disse que o Governador não pode ocupar uma tribuna porque não a possui. Não pode ir à imprensa, neste clima com que a Oposição o faz — com razão, eu disse, com razão.

Mas, o Governo tem muita responsabilidade perante o Poder Central da República. O Governador do Estado tem as responsabilidades neste regime que vivemos, principalmente no regime tributário que vivemos em que os Estados são caudatários dos cofres da Nação. O Governador Ney Braga tem responsabilidade, e não pode tratar esses assuntos em clima emocional.

Peço escusas, se Vossa Excelência não entendeu a colocação que fiz.

O Sr. Presidente — (João Mansur) A Mesa lembra ao nobre orador que lhe resta um minuto para o término de sua oração.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Concluirei, Sr. Presidente.

Dizendo apenas em resposta ao nobre Deputado Erondy Silvério, que canais de comunicação do Governo e dos Governos, são muito mais eficientes e imediatos do que aqueles canais de que dispomos, que são as tribunas das Assembléias e de Casas Legislativas.

Tanto é verdade que os Governos podem convocar a imprensa para uma coletiva, que é um poder estranho ao Parlamentar, isoladamente. No mínimo, isoladamente. Desta forma, é impropriedade, no meu modo de ver, que ele não tenha os canais competentes. Até tem poderes para isso, porque é Executivo, tem poderes até para mobilizar toda a classe política, interessada no equacionamento dos problemas paranaenses.

E esta é um das tônicas que não vimos e estamos reclamado. E pedimos a Vossa Excelência como Líder do Governo, se o Governador e o Poder Legislativo como um todo, tomasse as atribuições objetivas, os rumos mudariam.

E o Requerimento que endereço à Mesa, concluindo, Sr. Presidente, é nesse sentido de fazer gestões ao Governo Federal, imposições, até. Porque se nós somos produtores a ponto de conferir aos cofres nacionais, divisas líquidas, uma projeção extraordinária no cenário político, fiscal, econômico e financeiro, por que não haveríamos de ter poderes, para também gerir os próprios destinos do nosso Estado, reivindicando o Governo Federal, a assistência de direito e de justiça, do triticultor, nesse determinado momento? "Quem sabe faz a hora, não espera acontecer".

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa registra com satisfação as presenças em nosso plenário, dos Srs. Marcos Formighieri e Caetano Bernardino, Vereadores do Município de Cascavel.

A Mesa consulta à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do seu horário.

Com a palavra o Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pretendíamos na sexta-feira, encaminhar no horário da liderança, o Expediente, que fazemos hoje.

(Lê):

"O Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná está comprando 25 por cento das ações da Volvo. O valor desta transação é da ordem de 5 milhões de dólares, que segundo informe veiculado pela grande imprensa, serão empregados no exterior.

A justificativa é a mais duvidosa possível. O BADEP compra para socorrer acionistas, neste período em que a empresa ainda não ofereceu lucro. Ou seja, é o socorro ao capital, é a socialização dos elevados custos dos custosos investimentos, inclusive dos que ainda não ofereceram o retorno esperado.

E a que custo se faz isto, Sr. Presidente? A um custo social muito alto.

O BADEP faz empréstimos externos para comprar essas ações, ampliando a dívida com banqueiros estrangeiros, a juros altíssimos, perante a realidade econômico-financeira do País, que, evidentemente, serão pagos por todos nós, paranaenses indefesos, diante da incúria e dos desmandos desta espécie.

A multinacional Volvo, uma empresa de capital monopolista estrangeiro, se instalou na Cidade Industrial de Curitiba, com todas as facilidades do estilo imposto pelo regime entreguista. Recebeu uma área, Sr. Presidente, recebeu favorecimentos, tem isenção de impostos, financiamentos especiais e outras regalias. Tudo aquilo que o empresário nacional gostaria de ter, para poder melhor desenvolver o seu empreendimento, face à situação difícil, nós não vemos praticando, aqui, entre os nossos.

Estão aí, Sr. Presidente, inúmeras empresas, pequenas e médias, na ante-sala das concordatas e falências. Em troca, nada se oferece de benefícios ao povo, a não ser a ampliação da miséria. E não venham, Sr. Presidente, levantar aqui a tese de que as empresas multinacionais são atraídas para aumentar o número de empregos.

A Cidade Industrial de Curitiba não gera empregos na proporção desejada e necessária. O desenvolvimento brasileiro dos últimos doze anos privilegiou, segundo estudos recentes desenvolvidos pela Associação Comercial de São Paulo, privilegiou exatamente os setores de capital intensivo, de que a Volvo é um bom exemplo. Ou seja, Sr. Presidente, concentrou recursos, infra-estrutura e mão-de-obra ali onde os custos são mais elevados, enquanto a capacidade de geração de empregos e de reação diante de uma crise é bem mais reduzida.

O Governo mais uma vez sai em socorro do capital, em socorro de acionistas, de empresa multinacional que parece que não podem perder.

Diz o Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná que ficará com estas ações por dois, três ou oito anos, conforme hoje a imprensa veicula, até que a empresa passe a dar lucros, e as ações tenham algum valor.

É um absurdo, para não dizer outra coisa, Sr. Presidente.

O BADEP ficará com essas ações, até que a empresa possa dar lucros, e as ações tenham algum valor.

No momento em que, neste País, temos todo este quadro da pequena e média empresa, exatamente o setor produtivo que cria 82 por cento dos empregos do País; no momento em que na nossa Pátria temos 40 milhões de deserdados, de miseráveis, de mortos vivos em busca de trabalho, de uma oportunidade, de sobrevivência, no momento em que temos 40 milhões que jamais viram água encanada, esgoto, escolas ou qualquer outra coisa parecida com civilização, um órgão financeiro oficial deste Estado, que deveria pautar pela sua função social, vai buscar empréstimos externos para socorrer capitalistas que já possuem garantias do Estado nos riscos de seus investimentos, mas não têm a mesma preocupação este Estado com as situações sociais e suas prioridades.

Os privilegiados deste regime de favorecimentos acabam sendo empresários como estes, os trabalhadores e as questões sociais são secundárias.

E aí, a massa do paranaense, do brasileiro, passa a ser deserdada.

É preciso compreender que esse modelo econômico que dizem ter produzido progresso, apenas acentuou a nossa dependência externa e produziu dificuldades para a nossa maior parte da população. Beneficiadas foram as empresas estrangeiras e os empresários a elas ligados.

O regime privatiza, em mãos estrangeiras, o lucro, e socializa entre os brasileiros, os custos dos investimentos, a recuperação de financeiras falidas, os prejuízos, a miséria.

O exemplo dessa compra de ações da Volvo, pelo BADEP, apenas confirma o que estivemos dizendo, nesses dias anteriores, sobre esse regime que alguns ainda insistem em defender.

É óbvio, Sr. Presidente, que precisamos voltar a este assunto; precisamos voltar a esta questão, serão 400 milhões de cruzeiros para adquirir ações de uma multinacional que, como disse, teve, por parte do Governo todas as garantias infraestruturais, de investimentos, de custos, de privilégios, como terreno, impostos, energia, enfim, todo o conjunto necessário para implantação na Cidade Industrial.

Exigiremos providências. Este Poder não pode ser conivente, nem aceitar calado, nem este, nem outro negócio, que possa até cheirar negociata, com transações que atentam contra a consciência dos paranaenses e que tripudia e escarnece diante das dificuldades sociais que vive o próprio Estado.

Ou o BADEP assume, prioritariamente, a sua função como Banco Social do Estado, uma vez que surgiu como Fundo de Desenvolvimento Econômico do Paraná, depois transformado, exatamente, em Companhia de Desenvolvimento do Paraná — CODEPAR — e que, hoje, tem a denominação que está vigindo. Ou é preferível, então, que o BADEP seja transformado numa mera instituição financeira privada.

Portanto, podendo-se aí, por sua conta e risco, do dinheiro particular, fazer o que bem entende. Mas, não com recursos coletivos de um Banco que tem, como causa primeira, originariamente, a questão social, por isso é Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná.

Esta é uma questão básica, Sr. Presidente e que está posta perante todos nós, Parlamentares, e perante todo o Estado do Paraná.

Há que se, portanto, exigir, esclarecimentos, detalhes

profundos, decisivos, para que não fiquemos com nenhuma dúvida. E, uma vez clareados, tomarmos posição ainda mais agressivas e ofensivas, se forem necessárias.

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, parabenizamo-nos com o pronunciamento de Vossa Excelência. A seriedade do assunto que Vossa Excelência traz, ao conhecimento da Casa, nesta tarde, fez-me lembrar que essa transação, essa negociata, do BADEP com a Volvo, já chegou aos ouvidos do povo, do mais sofrido povo, acampado junto à Binacional Itaipu.

Inclusive, aqueles agricultores estão perguntando, segundo tive informações, ao Governo do Estado, se eles não poderiam obter o mesmo tratamento que está sendo dado ao capital estrangeiro. Porque, necessitariam eles, neste momento, com os levantamentos feitos pelo ITC, com durabilidade para apenas quinze dias, dos preços feitos da ocasião, a fim de poderem adquirir uma área equivalente àquela que vai ser desapropriada. Para que pudessem, assim, terem condições de se reassentarem com os preços levantados.

Portanto, os agricultores perguntam se não haveria possibilidade de, realmente, obterem recursos para compra daquela área. Se existem recursos, se há possibilidade de o Governo do Estado, através do BADEP procurar recursos fora do País, para socorrer uma multinacional, muito mais razão têm aqueles agricultores em exigir do Governo do Estado, isto.

Portanto, quando as contradições começam a aflorar, aí realmente é que nós nos perguntamos. Talvez o Governo não tenha o respeito que antes dizíamos que deveria exigir de órgãos federais, porque atua de forma contraditória. Aí vem o desrespeito, os órgãos federais não vêem seriedade nas coisas que se fazem. Então se assume uma posição e logo em seguida se entra em contradição, ficamos preocupados de que haja razão para ser desrespeitado.

O SR. NELTON FRIEDRICH Agradeço o seu aparte e é óbvio que vem trazer até uma sugestão, que o BADEP tem a disponibilidade de colocar 400 milhões de cruzeiros na aquisição de ações de particulares, que são acionistas da multinacional Volvo, porque não também se dirigir uma questão básica, prioritária que está aí, urgentíssima, imediata, que é exatamente o que o próprio ITC levanta: ausência de recursos para poder aplicar na aquisição de áreas que supririam o reassentamento dos agricultores indenizados de Itaipu.

Mas o seu aparte me ensina uma colocação muito séria, Sr. Presidente, que é, parece-me, uma das questões básicas deste Estado e do Brasil, que são as prioridades. Quais são as prioridades do Estado e quais são as prioridades deste País? Quais e como são eleitas tais prioridades? Porque se é hoje uma das prioridades de um Banco de Desenvolvimento de todos nós paranaenses, de cunho coletivo, de função eminentemente social, se é a sua prioridade, adquirir ações de particulares que são acionistas de uma multinacional que já recebeu toda a espécie de privilégios que se possa imaginar, se esta é a prioridade, que o Governo assuma de uma vez por todas, a falência do seu projeto social e que rasgue o seu programa que coloca o homem acima de tudo, e que coloca, portanto, prioritariamente a questão social nos seus dias de Governo. Isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, também é básico e nós não podemos nos calar quando esse tipo de transação é feita exatamente às escondidas até agora, porque não sou eu que o diz. É a própria parte interessada conforme consta da edição do dia 9 de abril do "Jornal do Brasil", onde está caracterizada a seguinte informação: "Para o Banco não haverá risco algum, pois ele estará agindo unicamente como instituição financeira que viabiliza a venda" e quem diz isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é exatamente o Presidente do Conselho de Administração

da Volvo do Brasil, Karlos Rischbieter e aí se admite que, embora se conheça a proposta do BADEP, não está autorizado a divulgá-la.

Mas como, Sr. Presidente, Srs. Deputados esse Banco não é particular, esse Banco não é uma instituição de meia dúzia de particulares que formaram um conglomerado e se acionaram para poder ter uma instituição bancária. O BADEP tem a sua origem no Fundo de Desenvolvimento Econômico e Fundo de Desenvolvimento que nós entendemos, não é crescimento econômico. São diversas questões postas porque fundo de desenvolvimento implica em desenvolvimento integral, há que se posicionar prioritariamente, a maioria, porque esta é a que precisa de desenvolvimento. Ora, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE — (Augusto Carneiro) A Mesa informa ao nobre Deputado que Vossa Excelência dispõe de um minuto para encerrar o seu pronunciamento.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Concluo fazendo um requerimento a esta Casa, que desde quinta-feira temos já concluído. É requerer, Sr. Presidente, do Secretário da Indústria e Comércio, Dr. Fernando Fontana, e do Presidente do BADEP, Dr. Euro Brandão, para prestarem esclarecimentos sobre a compra de ações da Volvo pelo BADEP, que compareçam a este Plenário, nesta Casa, para tais esclarecimentos, inclusive também, para clarear como esta instituição financeira está buscando recursos, para aplicar 400 milhões de cruzeiros na aquisição de tais ações.

Precisa este Parlamento, Sr. Presidente, saber exatamente de todos os detalhes. Porque não se trata de um banco particular, repito, é o BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ, um Banco que fica e busca recursos da própria comunidade. Portanto, é um Banco de todos os paranaenses e os paranaenses estão a exigir esclarecimentos concretos, sobre essa transação que nos gerou busca e preocupação de todo lado.

Conclamamos, Sr. Presidente, que essa Casa aprove esse requerimento e solicitamos de todos os Srs. Deputados o seu apoio.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Augusto Carneiro) Ainda no horário reservado às Lideranças, está com a palavra o Presidente do PP. Declinado, deixamos a palavra com a Liderança do PTB. Declinado, nós damos a palavra à Liderança do PDS e usará dela o Deputado Werner Wanderer.

O SR. WERNER WANDERER — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê):

"A inauguração da estação de tratamento de efluentes industriais da refinaria da Petrobrás, em Araucária, na semana passada, nos leva a fazer considerações sobre a industrialização do Estado e a preocupação em se resguardar as características primitivas do meio ambiente. Somente nesta etapa do complexo anti-polutivo da Petrobrás foram gastos 190 milhões de cruzeiros e, considerando o investimento total desde a sua implantação até hoje, se eleva a um bilhão e duzentos milhões de cruzeiros. Isto apenas em equipamentos para evitar que a refinaria cause poluição dos rios e do ar paranaense. Trata-se de um volume de investimentos que poderia ser canalizado em novas indústrias ou em obras de infra-estrutura.

É um investimento elevado, mas demonstra a preocupação do Governo do Estado, com a colaboração das indústrias aqui instaladas, em preservar o meio ambiente.

Não se trata apenas de uma preocupação naturalista, mas acima de tudo de uma visão de que o homem somente poderá sobreviver em condições propícias para o seu bem-estar.

O fato desses equipamentos somente agora serem completados, justificam-se por uma série de motivos, incluindo a dificuldade de fabricação, a curto prazo, e mesmo porque foram realizados dentro de um cronograma de obras. Mas vale ressaltar que a refinaria de Araucária começou a sua implantação antes da criação do organismo responsável pelo controle da poluição no Paraná — A Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente. E é esta a política adotada pelo Governo do Estado quando às indústrias já instaladas. Receberam prazo para se equipar com sistemas anti-poluentes como pode se notar, não apenas as empresas particulares estão obrigadas a obedecer normas anti-polutivas como também as estatais.

Convém ressaltar o posicionamento do Governo Ney Braga no controle da poluição industrial. Durante a inauguração do Sistema de tratamento de Efluentes da Refinaria de Araucária, o Secretário do Interior, Renato Johnsson lembrou que nesse setor a preocupação do Governo é a de compatibilizar o desenvolvimento industrial do Paraná com dispositivos que evitem o comprometimento dos recursos naturais.

Enfatizou o Sr. Renato Johnsson que a poluição não se elimina: mas se controla.

E, revelou que no Paraná, hoje, a poluição industrial já está sob controle.

Realmente, através de dados fornecidos pela SUREHMA, podemos constatar que a poluição industrial está sendo controlada no Paraná. A carga poluidora nos rios e no ar do Paraná, que em 1.978 era em equivalente populacional de 4,5 milhões de habitantes, foi reduzida em 1.980 para dois milhões e 570 mil habitantes. E tais índices ainda são mais alentadores se considerarmos o período dos quatro últimos anos quando este percentual foi reduzido em 68,7 por cento.

É um trabalho que vem sendo realizado continuamente e nos dois últimos anos, os técnicos da SUREHMA fizeram 2.260 visitas às indústrias e foram emitidos 200 laudos técnicos. Atualmente, grande parte das indústrias paranaenses já não poluem o ar e, principalmente a água dos nossos rios. Desde as grandes até as pequenas empresas estão sendo adaptadas com equipamentos para evitar a poluição ou já se equiparam, como é o caso da Klabin do Paraná, em Telêmaco Borba ou a Aves Katsuo Sasaki, de Paranaguá. Mas, um fator importante é que a aprovação dos novos projetos industriais no Paraná é vinculado, agora, ao controle da poluição. Assim, podemos lembrar que o complexo para a construção de plataformas marítimas da Petrobrás, que está sendo implantado em Pontal do Sul, já está instalando estações de tratamento de efluentes para não contaminar as águas marítimas.

No atual governo foram adotadas medidas administrativas de natureza preventiva. Esse sistema impõe ao empreendimento industrial classificado como potencialmente poluidor, a prévia aprovação pela Surehma de seu projeto de proteção ambiental, resultando numa licença de instalação. Posteriormente, é realizada a inspeção da obra para aferição dos resultados e só então é emitida a licença de funcionamento.

Para assegurar o cumprimento de tais determinações foram mantidos entendimentos com outros órgãos, como a Copel, para não permitir a ligação de energia elétrica à empresas faltosas e até mesmo com organismos financeiros para evitar linha de crédito para as indústrias que não cumprirem a legislação no que se refere à proteção ambiental.

E os compromissos assumidos pelas empresas têm sido cumpridos. É de se ressaltar a situação no Parque Industrial de Ponta Grossa onde os problemas com a poluição industrial geraram descontentamento por parte de algumas entidades preservacionistas. Hoje, das doze indústrias que potencialmente geram poluição hídrica, sete já estão com seus equipamentos funcionando; duas estão em implantação e funcionarão ainda este ano; outras duas estão em fase de entendimento e apenas uma ainda lança dejetos na rede de esgotos da cidade.

A mesma situação ocorre na cidade de Londrina, Maringá, Paranavaí e outras onde se concentram indústrias. As empresas receberam prazos, tiveram seus projetos aprovados e os estão implantando. A preocupação da Surehma é evitar medidas mais drásticas para evitar problemas de desemprego ou até mesmo para não se criar um processo de desestímulo industrial no Paraná. Podemos lembrar que, em Londrina, onze indústrias já estão implantando seus equipamentos, como no caso da Companhia Cacique de Café Solúvel, Comaves Ltda., Frigorífico Guapeva, Frigorífico Siam Ltda.; em Maringá, o Frigorífico Central Ltda., Frigorífico Maringá Ltda. Dentro das seis empresas em processo de implantação de equipamentos antipoluentes; o mesmo ocorre com frigoríficos e indústrias de papel de Apucarana e de Paranavaí.

É necessário lembrar aos Srs. que as preocupações com as questões ambientais e as soluções propostas, a nível institucional, são recentes, ou sejam, de duas décadas atrás. E no caso específico do Paraná, o processo de industrialização foi ainda mais recente adaptando-se o Estado, somente a pouco tempo, com medidas preventivas e no Governo Ney Braga se criou legislação específica para o setor. Um desses decretos, pioneiro no País nesse setor, determina que toda e qualquer indústria instalada ou a se instalar no Estado, efetue a captação em curso de água, deverá fazer o lançamento de seus efluentes acima do ponto de captação. As indústrias já instaladas deverão se adaptar a essa exigência. Isto faz com que as empresas enquadradas nesse caso, por si só fiscalizem o lançamento dos dejetos a fim de não arcarem com as conseqüências em seu processo industrial.

A poluição das praias e dos rios do litoral está também, sendo controlada através de exames de balneabilidade e com a instalação de sistemas de tratamento de esgotos em indústrias e colônias de férias. Já se encontram funcionando 38 sistemas de tratamento de esgotos sanitários, sendo 25 em Matinhos e Caiobá, 10 em Guaratuba e três em Praia de Leste. As principais indústrias daquela região já estão com equipamentos antipoluitivos em funcionamento como é o caso da Agro-Industrial e Comercial Morretes, a Gnatt e Dalenche, Irmãos Malucelli e Lioval Alimentos, de Morretes. Em Paranaguá, a Fertilizantes Beker, que além do controle da poluição hídrica implantou equipamentos para evitar a contaminação do ar e além disso, recupera matéria-prima dos seus efluentes. Também a Petrobrás está equipada naquele terminal portuário. A nova indústria de Antonina, a Also-Alginato de Sódio mantém estação de tratamento dos dejetos industriais.

Paralelamente a esse trabalho de controle no setor industrial, os grandes centros urbanos estão recebendo redes coletoras de esgotos sanitários e estações de tratamento para evitar, também, a contaminação dos rios. É o caso de Curitiba e Londrina, onde tais equipamentos já estão em funcionamento e em implantação em outras cidades como em Guarapuava e Cascavel.

Para ter um controle sobre a situação, a Surehma instalou 32 estações de amostragem da água e 36 estações de amostragem do ar, realizando-se nos dois últimos anos, 300 mil análises de água e 3.200, do ar.

Com os resultados positivos que alcança a Surehma está realizando a coleta de dados hidrológicos, já com 92 mil amostras, para fazer o Balanço Hídrico dos rios, base fundamental para estudos integrados e aproveitamento dos recursos como barragens, irrigação, saneamento, navegação e piscicultura.

Todo esse trabalho, além da natural preservação do meio ambiente, tem como meta imediata a potabilidade da água que é consumida pela população paranaense. E o controle da potabilidade dos sistemas de abastecimento da rede da SANEPAR vem sendo realizado continuamente pela Surehma tendo se assegurado a qualidade essencial para o consumo do ser humano.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Este trabalho exige demanda de tempo, de investimentos e principalmente de bom senso. Mas, é com satisfação que vemos que o Paraná está encontrando soluções nesse setor tão questionado hoje no mundo inteiro e que estamos caminhando para o ponto de harmonia entre o homem de uma civilização industrial com o meio de onde surgiu e que depende, essencialmente dele.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 146/80, de autoria do Deputado JURANDIR MESSIAS, que declara de Utilidade Pública a “União Parlamentar Interestadual”, conforme especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 146/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública, a União Parlamentar Interestadual, órgão que congrega todas as Assembléias Legislativas do País através da representação de seus Membros.

Art. 2.º — A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1.980.

a) Jurandir Messias.

APOIAMENTO: Adalberto Daros e Edilson Alencar.

JUSTIFICATIVA:

A União Parlamentar Interestadual — UPI, destina-se, primordialmente a promover, pela ação conjunta e permanente de seus Membros, a defesa e o aperfeiçoamento do regime democrático, mediante:

I — o estudo e o debate dos problemas econômicos, sociais e políticos;

II — o esclarecimento da opinião sobre a atividade parlamentar e os problemas nacionais;

III — o intercâmbio e o confronto das experiências parlamentares, visando o aprimoramento da atividade legislativa;

IV — o aprimoramento dos aspectos educacionais-culturais através de intercâmbio com as Universidades Estaduais e Federais.

São órgãos da UPI, o Congresso Brasileiro de Assembléias Legislativas; o Conselho Interparlamentar; a Secretaria e Tesouraria Interparlamentar Executiva.

É proibida a remuneração, lucro, vantagem ou bonificação de qualquer de seus membros.

Isto exposto, apresentamos o presente plano de lei à consideração dos nobres Pares, esperando merecer o devido apoio e posterior aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 146/80

De autoria do nobre Deputado JURANDIR MESSIAS, o presente Projeto de Lei n.º 146/80, tem por finalidade declarar de utilidade pública a União Parlamentar Interestadual,

com sede e foro na cidade de Curitiba.

A justificativa apresentada pelo autor do projeto, bem como a documentação inserida no processo, comprovam o preenchimento pela entidade, dos requisitos essenciais exigidos pela legislação reguladora da matéria.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, na forma do Substitutivo Geral, que melhor atende a técnica legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1.980.

aa) Augusto Carneiro - Presidente,

Airton Cordeiro - Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Substitutivo Geral ao Projeto de Lei n.º 146/80

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a UNIÃO PARLAMENTAR INTERESTADUAL, órgão que congrega todas as Assembléias Legislativas do País.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1.980

aa) Augusto Carneiro, Presidente;

Airton Cordeiro, Relator.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Ribaski, ocorrido nesta Capital. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Cândido Fagundes dos Santos, popularmente conhecido como “Dinho”, ocorrido no Distrito de Queimados, Município de Agudos do Sul. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Cândido Fagundes dos Santos, “Dinho”, ocorrido em Agudos do Sul. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputado Erondy Silvério, Nilton Friedrich, Edilson Alencar e Adalberto Daros, respectivamente Líderes das Bancadas do PDS, PMDB, PP, e PTB, constante do expediente, solicitando a suspensão das Sessões Plenárias nos dias 16 e 20 de abril, para que nesses dias se realizem reuniões das Comissões. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 20/81. **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa defere.

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) Antes que Vossa Excelência proceda a verificação de votação de meu requerimento, requeiro a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa defere e solicita do Sr. 1.º Secretário a chamada nominal.

(O Sr. 1.º Secretário procede a chamada nominal)

Responderam a chamada 19 Srs. Deputados.

Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 14, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 146/80

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 28/81

Levanta-se a Sessão.